

**GOVERNAÇÃO  
DA PESCA E  
CONSERVAÇÃO  
MARINHA:**

Implementação  
coordenada do controlo  
das pescas e da BBNJ



**Situação de pesca INDNR  
na Guiné-Bissau**

Nome: Mussa Mané  
Instituição: Ministério das Pescas e  
Economia Marítima da Guiné-Bissau



## PLANO DE APRESENTAÇÃO

1. GENERALIDADES
2. CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR DAS PESCAS
3. GENESE DE FISCALIZAÇÃO MARÍTIMA NA GB
4. ESFORÇOS DO ESTADO GUINEENSE NA LUTA CONTRA PESCA INN
5. COOPERAÇÃO SUB-REGIONAL NA LUTA CONTRA PESCA INN
6. CONSTRANGIMENTOS
7. PERSPECTIVAS

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



## Governança da Pesca e Conservação Marinha: Implementação Coordenada do Controlo das Pescas e da BBNJ

Superfície do país: 36.125 Km<sup>2</sup>

Uma costa com 274 km extensão;

População estimada: 2 milhões de habitantes

Receita national brutto: US \$ 994 por pessoa

Consumo de peixe por ano: 16 kgs/pessoa (GEP e INEP)



Organiza:

**ANACEF**  
OPP43

Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



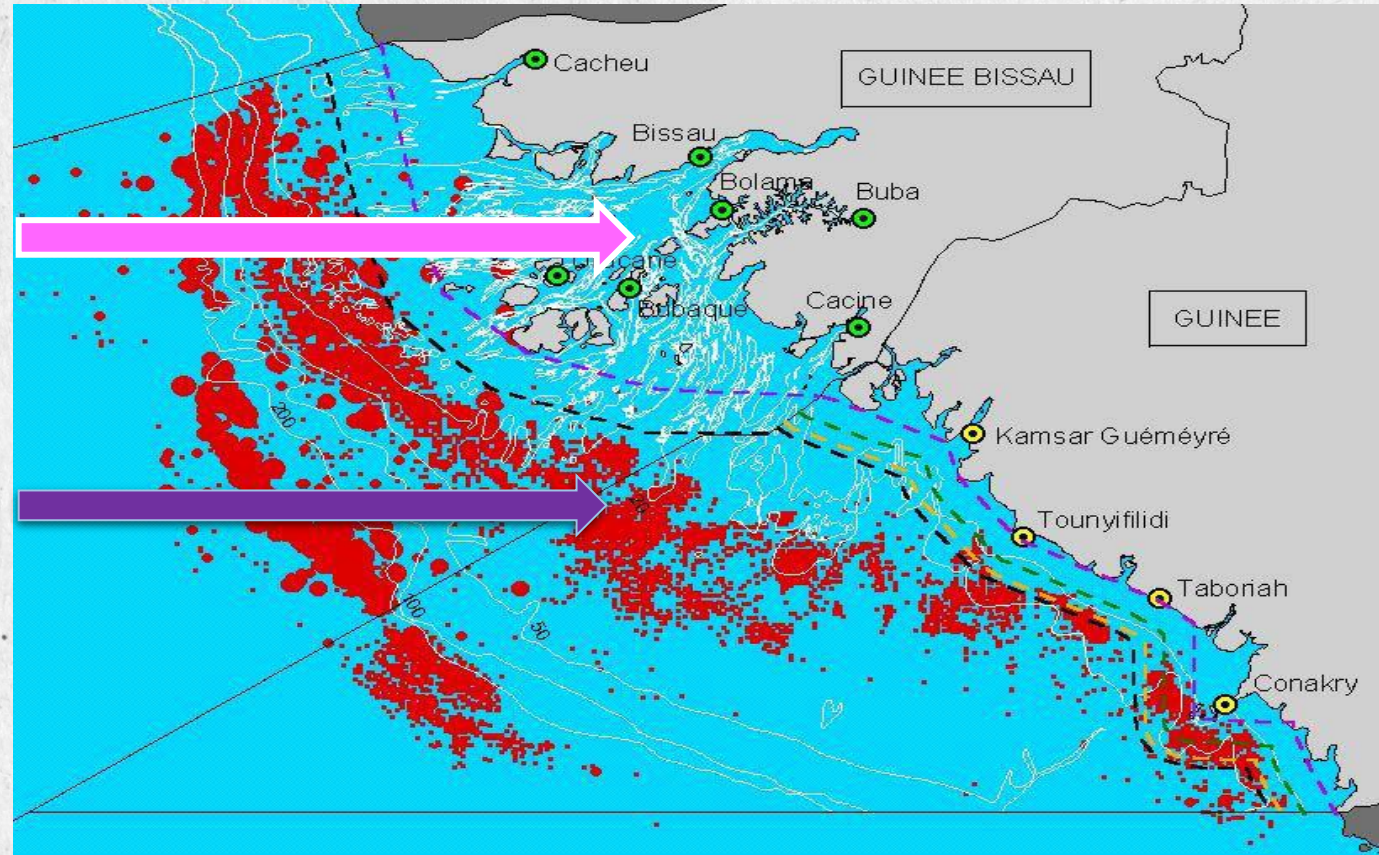
**NAUTICAL**



## CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR DAS PESCAS

PESCA  
ARTESANAL

PESCA INDUSTRIAL



Organiza:



Financia



Colabora:



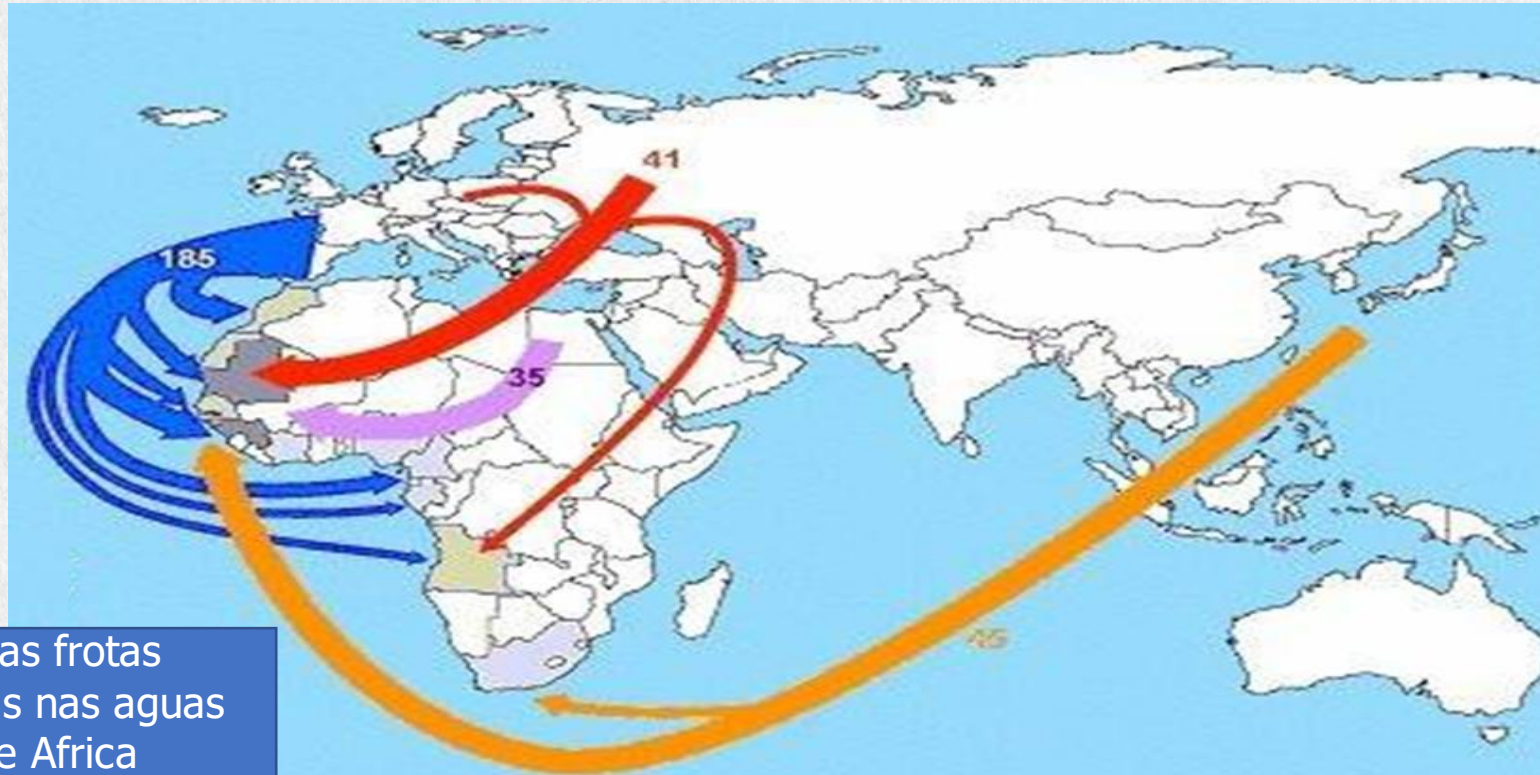
Cofinanciado por  
la Unión Europea



NAUTICAL



## Proveniência das Frotas Operantes na ZEE Guineense



Presença das frotas estrangeiras nas águas costeiras de Africa Ocidental

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



**Governança da Pesca e Conservação Marinha:**  
Implementação Coordenada do Controlo das Pescas e da BBNJ

## FROTA INDUSTRIAL OPERANDO NA GUINE BISSAU



Organiza:

**ANACEF**  
OPP43

Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea

  
murimar  
seguros

**NAUTICAL**



**Governança da Pesca e Conservação Marinha:**  
Implementação Coordenada do Controlo das Pescas e da BBNJ

## FROTA ARTESANAL OPERANDO NA GUINE BISSAU



Organiza:

**ANACEF**  
OPP43

Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



## DIVERSIDADE BIOLÓGICA



Organiza:



Financia



Cofinanciado por  
la Unión Europea

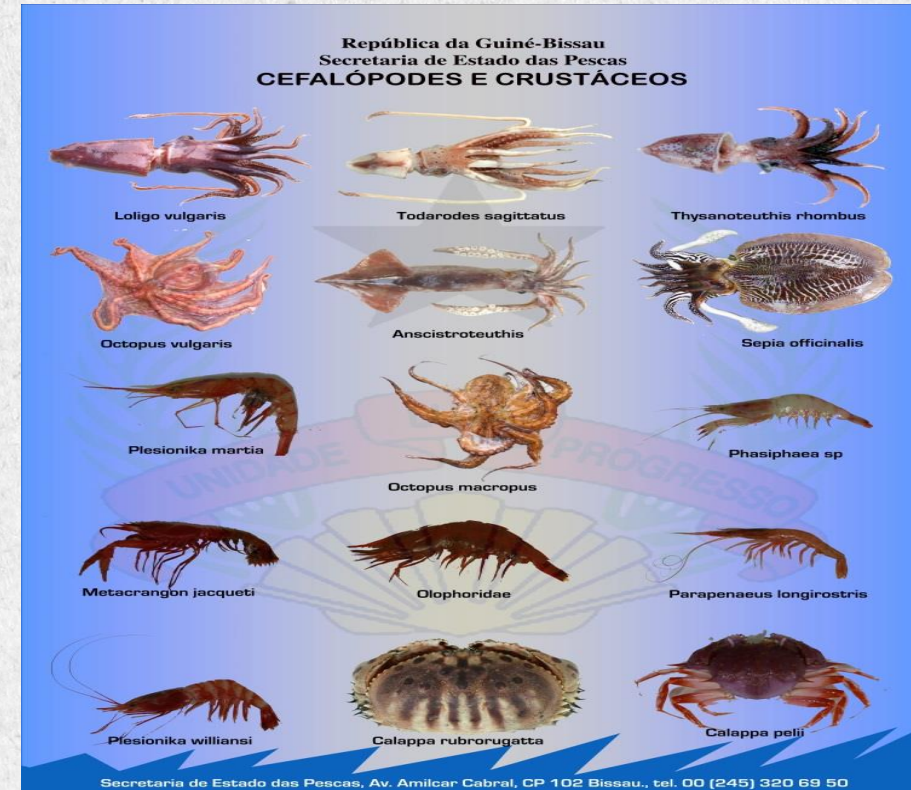
Colabora:



**NAUTICAL**



## ESPÉCIES DE ALTO VALOR COMERCIAL



Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



NAUTICAL



## ESTIMATIVA DE BIOMASSA E POTENCIAL DE CAPTURA

Biomassa total: 608.000 Ton (IMROP/CIPA 2011)

Potencial explorável: 120.000 Ton / ano  
(IMROP/CIPA 2011)

NB: As campanhas científicas do CIPA nos 2018, 2020, 2022 demonstram a tendência decrescente de certos segmentos (espécies demersais- peixes de fundo, cefalópodes e crustáceos) com uma biomassa total de 379.000 Ton, dos quais, peixes demersais- 348.388, crustáceos -10.843 e cefalópodes -19.769.



Organiza:

**ANACEF**  
OPP43

Financia



Cofinanciado por  
la Unión Europea

Colabora:

**murimar**  
seguros

**NAUTICAL**



## Governança da Pesca e Conservação Marinha:

Implementação Coordenada do Controlo das Pescas e da BBNJ

### Potencialidade Pesqueira

As estimações globais dos recursos demersais, na última campanha de investigação científica realizada da ZEE da Guiné-Bissau nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2022, alcançaram 379.926 toneladas. Tais dados resultam de uma campanha parcial para qual foi utilizado o navio da vizinha Guiné que não conseguiu cobrir as águas superiores a 500 metros de profundidade.

<b>Grupo Zoológico</b>	<b>Biomassa (t)</b>	<b>Abundância (nº ind.106)</b>	<b>Nº espécies</b>
<b>PEIXES</b>	349 288	16 846	334
<b>CRUSTÁCEOS</b>	10 869	2 738	115
<b>CEFALÓPODES</b>	19 769	139	23
<b>TOTAL</b>	<b>379 926</b>	<b>19 722</b>	<b>472</b>

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



## GÉNESE DE FISCALIZAÇÃO MARITIMA NA GUINE BISSAU

- ❖ Na década de 80 do século XX, um pouco antes de ter aderido a Convenção da ONU sobre o direito do mar, o Estado da Guiné-Bissau adotou a lei n.º /85 e lei n.º /85 que definiram a sua fronteira marítima.
- ❖ Ao fixar o seu mar territorial em 12 milhas e a ZEE em 200 milhas, o Estado guineense viu-se confrontado com o problema da proteção das suas águas marítimas e recursos nelas existentes.
- ❖ Beneficiando de um apoio militar da antiga União Soviética no plano de fornecimento de materiais de defesa, de formação de quadros e de assistência técnica, o Estado guineense garantia a proteção da sua ZEE através da Marinha de Guerra.
- ❖ A Marinha garantia a fiscalização das águas guineenses (por exemplo, em caso de apresamento, levantava autos de notícia e submetia os processos de transgressão marítima ao Tribunal Regional de Bissau para na primeira instância aplicar as multas aos capitães dos navios infratores).

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



## GÉNESE DE FISCALIZAÇÃO MARITIMA NA GUINE BISSAU

- Já na década de 90, no quadro da revisão da legislação pesqueira dos países da sub-região patrocinada pela FAO, a GNB à semelhança dos restantes países vizinhos, introduziu um sistema civil de monitoramento, controlo e fiscalização das suas águas marítimas tal como recomendado pelos instrumentos internacionais de que é signatária.
- Assim, aparece pela primeira vez na nossa legislação uma estrutura interministerial de fiscalização da atividade de pesca, designada FISCMAR colocada na superintendência do Ministro responsável pelo pelouro das pescas (Lei Geral das Pescas de 1994, aprovada pelo DL n°4/1994 de 02 de Agosto)

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



## ESFORÇOS DO ESTADO GUINEENSE NA LUTA CONTRA PESCA INN

- Na verdade, é indiscutível que as águas adjacentes à costa da Guiné-Bissau são vastas e possuem diversidades biológicas (tanta a fauna como a flora aquática) o que induz que seja cobiçada pelas diferentes frotas para a exploração intensa e por vezes ilegal.
- É esse fenómeno de pesca ilegal cada vez mais crescente no mundo e na nossa sub-região oeste africana, que o Estado da Guiné-Bissau procura contrariar à luz dos instrumentos internacionais, tais como a Convenção da ONU sobre o direito do mar, o plano de ação da FAO contra a pesca ilegal, não regulamentada e não declarada, de é igualmente signatária, bem como as leis ordinárias internas.
- Contudo não é nada fácil num contexto em que o país carece a todos os títulos de meios para empreender esse combate ao flagelo de pesca INN.

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



## ESFORÇOS DO ESTADO GUINEENSE NA LUTA CONTRA PESCA INN

- O Governo da Guiné-Bissau recebeu importantes apoios na década de noventa que permitiram aquisição de navios de fiscalização, como: Caio (EUA); Cacheu e Cacine (fundo de Taiwan- Arsenal de Alfeite, PT) Tokyo e 7 de Junho (Japão).

NB: Neste momento, Os meios navais Caio, Cacheu, Cacine e 7 de Junho estão em estado de avaria economicamente irre recuperável.

- Entretanto, a partir de 2004, o Governo tem investido na aquisição de meios de pequeno porte, e assim foram comprados: São Barçal e Bissiadur, Semi-rígidas BALEIA(s) I, II, III, IV, V e VI
- Já recentemente o esforço tem sido despendido na aquisição de meios náuticos de medio porte, por exemplo: Ndjamba Mané, Ocante Bunung e Okinka Pampa.
- Apesar de pequenos e pouca autonomia de navegação, esses meios vieram colmatar de forma substancial a insuficiência de meios náuticos da fiscalização com a dupla vantagem: gastam menos combustível e lubrificantes e conseguem cobrir a zona sensível (12 milhas).
- É bom salientar que esses meios novos ajudaram a arrecadar uma importante soma de receitas extraordinárias nos anos subsequentes (por exemplo em 2009, a receita por multa aos navios infractores foi de 1.200.000 USD)

NB: As semi-rígidas Baleia(s) I, III e VI estão avariadas, necessitando de intervenções robustas.

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



## ESFORÇOS DO ESTADO GUINEENSE NA LUTA CONTRA PESCA INN

- Como resultado da intervenção do governo na luta contra a pesca INN, conseguiu-se o seguinte (foram apresados e sancionados por infrações diversas):

- 2006- 40 navios;
- 2007- 28 navios;
- 2008- 30 navios;
- 2009-28 navios;
- 2010- 17 navios;
- 2011- 10 navios;
- 2012- 08 navios;
- 2013- 08 navios;
- 2014- 03 navios;
- 2015- 14 navios;
- 2016- 18 navios;
- 2017- 25 navios;
- 2018- 02 navios e 24 pirogas;
- 2019- 11 navios;
- 2020- 15 navios;
- 2021- 12 navios;
- 2022- 26 navios;
- 2023- 20 navios;
- 2024- 09 navios até Novembro.
- 2025- 22 navios até Dezembro.

**NB: Na lista de navios apresados, dois são petroleiros: San Nicolas e Virginia G**

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



**Governança da Pesca e Conservação Marinha:**  
Implementação Coordenada do Controlo das Pescas e da BBNJ

## ESFORÇOS DO ESTADO GUINEENSE NA LUTA CONTRA PESCA INN



Organiza:

**ANACEF**  
OPP43

Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea

  
murimar  
seguros

**NAUTICAL**



**Governança da Pesca e Conservação Marinha:**  
Implementação Coordenada do Controlo das Pescas e da BBNJ

## ESFORÇOS DO ESTADO GUINEENSE NA LUTA CONTRA PESCA INN



**A nova frota naval  
de FISCAP**



Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



**Governança da Pesca e Conservação Marinha:**  
Implementação Coordenada do Controlo das Pescas e da BBNJ

## ESFORÇOS DO ESTADO GUINEENSE NA LUTA CONTRA PESCA INN



Organiza:

**ANACEF**  
OPP43

Financia



Cofinanciado por  
la Unión Europea

Colabora:

  
murimar  
seguros

**NAUTICAL**



**Governança da Pesca e Conservação Marinha:**  
Implementação Coordenada do Controlo das Pescas e da BBNJ

**Investimentos Recentes com apoio dos parceiros Técnicos e Financeiros, por exemplo, a construção da sede definitiva de FISCAP com fundos da UE**



Organiza:



Financia



Cofinanciado por  
la Unión Europea

Colabora:



**NAUTICAL**



## CONSTRANGIMENTOS

- Falta de dotação orçamental no OGE de modo a permitir o funcionamento eficaz da FISCAP.
- Falta de patrulheiros para cobrir a zona de águas profundas;
- Conflito positivo de competências entre entidades que intervêm no sistema nacional de fiscalização da actividade de pesca;
- Imprecisão e incoerência de determinados diplomas jurídicos que têm a ver com a matéria de fiscalização;
- Velhice e doença dos quadros (sobretudo a classe dos observadores de pesca);
- Fraco número de pessoal formado para a utilização de meios tecnológicos modernos de monitoramento das actividades de pesca.

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



## Cooperação Sub-Regional na Luta Contra a Pesca INN

No âmbito da CSRP, em tempos, foi implementado um projeto financiado pelo Banco Mundial- PRAO GB, nomeadamente a sua componente 2 foi realizado o seguinte:

- Reabilitada uma sede provisória para FISCAP nas instalações do Porto de Pesca.
- Reparadas as vedetas Baleia II e V e financiamento das operações de fiscalização com recurso ao fretamento de patrulheiros do Senegal;
- Equipada a FISCAP com meios tecnológicos de seguimento da atividade de pesca (VMS, AIS, radares costeiros, rádios HF, etc);
- Aluguer de um patrulheiro de um país da Sub-região para cobrir 5 dias mês /mar (destinava-se a cobrir as águas profundas);
- Formação e capacitação dos agentes da fiscalização nos domínios da navegação, utilização de meios tecnológicos e direito do mar.

Organiza:



Financia



Cofinanciado por  
la Unión Europea

Colabora:



**NAUTICAL**



**Governança da Pesca e Conservação Marinha:**

Implementação Coordenada do Controlo das Pescas e da BBNJ

## Cooperação Sub-Regional de Luta contra INN

No âmbito sub-regional, foi igualmente implementado o projeto PESCAO, financiado pela UE e que permitiu:

- Operações conjuntas nas ZEE,s de Estados Membros, nas suas modelidades naval e aérea com apoio do Agência Europeia de Controlo que disponibilizava as imagens cinemáticas através de AIS.

- Está em curso adopção de um plano estratégico da CSRP de luta contra a pesca INN que prevê o seguinte:

Adopção de Convenção SCS e seus Protocolos de Aplicação

Criação de corpo de Observadores de competência Sub-Regional;

Criação de Lista de navios INN a nível Sub-regional;

Troca e partilha de informações sobre navios INN.

Organiza:

**ANACEF**  
OPP43

Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea

  
murimar  
seguros

**NAUTICAL**



## ESFORÇO DE LUTA CONTRA A PESCA INN

- A melhoria nas atividades nacionais de fiscalização mostrou resultados concretos, não somente devido a reabilitação e aquisição de material (navios), mas também devido ao financiamento adequado de algumas operações, graças ao apoio financeiro de alguns doadores tais como o BAD, BM e a UE, e uma melhoria substancial no acompanhamento de operações de fiscalização.
- Este esforço para a documentação e sintetização de informações das operações e os seus resultados: navios observados e infrações, as suas características ... e os processos administrativo, legal e financeiro são essenciais. Ele deve permitir num futuro próximo uma estratégia melhor para MCS, estabelecer os custo-benefício ou vantagens em custos das operações e identificar os pontos críticos nos processos.
- A falta de informações detalhadas nos anos anteriores sobre o esforço de fiscalização (p.e. número de dias no mar) e as características das infrações observadas não permite avaliar a incidência e o tipo de pescas ilícitas. Contudo, o número de navios considerados como culpados pela fiscalização aumentou no último ano.

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



## PERSPECTIVAS

- Aquisição ao menos, de um ou dois navios oceânicos de grande porte para a marinha nacional como forma de reforçar a frota naval da fiscalização da Guiné-Bissau;
- Redimensionar o número de pessoal, qualificar os inspetores, observadores, operadores do VMS, AIS e pessoal de Rádio para enfrentar os desafios de atualidade;
- Reabilitar e equipar os postos avançados de fiscalização;
- Atualizar a legislação, introduzindo as sanções mais dissuasivas;
- Melhorar o funcionamento do Centro VMS de FISCAP.

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



## PERSPECTIVAS

- Reduzir drasticamente o índice da pesca INN nas águas marítimas nacionais;
- Aumentar os dias de permanência no mar cumprindo uma meta de 15 dias /mar/mês, perfazendo cerca de 180 dias/mar/ano;
- Melhorar os prémios dos agentes de fiscalização, mormente os subsídios de risco e de apresamento;
- Mutualização de esforços a nível sub-regional (meios navais, aéreos e tecnológicos no quadro das operações conjuntas).

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



# Comparação dos Instrumentos Jurídicos

Comparação entre a legislação pesqueira da GNB e a Diretiva Europeia do Controlo de Pesca:

A GNB adotou a sua última LGP em 2011 e a UE adotou a sua Diretiva em 2009.

Ambos instrumentos regulam a componente controlo de pesca com o objetivo de garantir a perenidade de recursos haliêuticos e sustentabilidade do setor;

Ambos dão ênfase à luta contra a pesca INN, desde licenciamento, seguimento de atividade das frotas, o desembarque nos portos, a comercialização no mercado.

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



# Cooperação Internacional no combate a pesca INN

- A cooperação entre as partes é sempre bem-vinda: Lembro-me em 2010, as autoridades de controlo de pesca apreenderam um navio coreano no porto de Las Palmas, suspeito de praticar a pesca sem licença e transbordo na ZEE da GNB. O facto foi comunicado à parte guineense. Iniciou-se um processo de pedido de confiscação do pescado. Entretanto, a vizinha Guiné-Conacri, reivindicou a outorga da licença ao navio supostamente infrator.
- Essa partilha de informações de atividades INN de navios é possível e desejável, quer pela Diretiva Europeia, quer pela nossa LGP ou ainda pelos instrumentos sub-regionais e internacionais, nomeadamente o Acordo da FAO sobre medidas de Estado do Porto.

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**



# Conclusões Finais:

- Os instrumentos jurídicos das partes, isto é, da UE e dos Estados costeiros contêm normas sobre o controlo das atividades das frotas de pescas e aplicação de sanções em caso de pesca INN;
- Os referidos instrumentos podem complementar-se no combate internacional contra a pesca INN, sobretudo, mediante troca e partilha de informações dos navios em atividades INN;
- O Acordo da FAO sobre as medidas de Estado do Porto revela um instrumento internacional que bem aplicado pelos Estados signatários e Estados não signatários mas cooperantes, possa impactar a redução de pesca INN, tanto do lado dos Estados costeiros, quer, nos Estados de mercado.

Organiza:



Financia



Colabora:



Cofinanciado por  
la Unión Europea



**NAUTICAL**

**GOVERNAÇÃO  
DA PESCA E  
CONSERVAÇÃO  
MARINHA:**

Implementação  
coordenada do controlo  
das pescas e da BBNJ



**Muito  
obrigado**